



Município de Ubatuba  
Secretaria da Administração

**Processo Licitatório nº 4953/2020**  
**Pregão Eletrônico nº 80/2020**

Ubatuba, 24 de agosto de 2020.

**DESPACHO Nº 01**

Na condição de pregoeiro do Município de Ubatuba, apresento decisão a respeito do Pregão Eletrônico nº 80/2020, destinado à contratação de empresa ou pessoa física para elaboração de parecer mercadológico de imóvel localizado no Município de Ubatuba.

**1. DOS FATOS**

O Município instaurou a licitação supracitada, cuja sessão pública ocorreu em 13 de agosto de 2020. Participaram do certame seis empresas, sagrando-se a empresa ESSENCIAL ENGENHARIA & SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA como vencedora do certame após menor preço ofertado na fase de lances.

Mediante análise da habilitação da empresa vencedora, a mesma foi reputada habilitada pelo pregoeiro.

Consoante à da sessão pública, fls. 133 a 136 dos autos, a empresa M A PEREIRA ENGENHARIA, remanescente na ordem de classificação, manifestou intenção de recorrer, alegando:

A empresa habilitada apresentou Certidão de Acervo Técnico de um serviço prestado para Pessoa Física, contrariando assim o inciso I do §1º do art. 30 da Lei nº 8.666/1993 que estabelece um rol taxativo referente à documentação que pode ser exigida para comprovação da qualificação técnica.

Concedido prazo para a apresentação de recurso e contrarrazões, nenhuma licitante se manifestou.

Sintetizados os fatos, passo a análise da intenção de recurso e posterior decisão.

**2. DA ANÁLISE DOS RECURSOS**

Em se tratando do teor da intenção de recurso e da documentação exigida para qualificação técnica, o edital do pregão eletrônico nº 80/2020, exige a apresentação de "certidão de acervo técnico – CAT, expedida pelo conselho da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome dos responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra indicados na alínea anterior".

Apesar do perceptível erro no edital em referenciar o serviço licitado como obra, é notória a exigência da certidão de acervo técnico do profissional que se responsabilizará pelo serviço.



Município de Ubiratã  
Secretaria da Administração

Ainda, o edital do pregão eletrônico nº 80/2020 permite a participação de pessoas físicas e pessoas jurídicas, sendo que o profissional responsável pela execução do serviço poderá ser engenheiro civil, engenheiro agrônomo ou corretor de imóveis.

Há que se questionar, preliminarmente, a real necessidade de se exigir acervo técnico do profissional, visto que, se realmente se tratasse de documento essencial para a execução do objeto, a licitação seria fracassada na hipótese da empresa ou pessoa física vencedora dispor apenas de registro no Conselho Regional de Corretores de Imóveis.

Contudo, tanto a empresa classificada em primeiro lugar quanto a remanescente na ordem de classificação dispõem de profissionais devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, portanto, necessário que a referida documentação apresentada seja analisada em atendimento ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, não podendo a mesma ser desconsiderada.

Assiste razão à empresa que manifestou intenção de recorrer ao alegar que o acervo técnico apresentado não poderia ter sido aceito por ter sido emitido por pessoa física.

Vejamos o que estabelece o art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93 ao tratar sobre a qualificação técnica:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:  
[...]

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

[...]

§ 1º A comprovação de aptidão referida no **inciso II do "caput"** deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, **será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado**, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, **profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes**, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

[...]

§ 10 **Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional de que trata o inciso I do § 1º deste artigo** deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela administração (sem grifo no original).





Município de Ubatuba  
Secretaria da Administração

Extrai-se do previsto em lei, em especial ao destacado, que a qualificação técnico-profissional deverá ser comprovada através de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Não há na lei a possibilidade da comprovação se dar por atestado emitido por pessoa física. Assim, em atendimento ao princípio da legalidade, o agente público fica veiculado ao estabelecido na lei.

Vejamos o entendimento de Hely Lopes Meirelles sobre o princípio da legalidade:

A legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso (MIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005).

Desta forma, necessária a reconsideração pelo pregoeiro dos atos praticados que ensejaram na habilitação da empresa ESSENCIAL ENGENHARIA & SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA, considerando que a mesma deixou de cumprir com os requisitos estabelecidos para sua qualificação técnica, conforme estipula o art. 30 da Lei Federal nº 8.666/93.

### 3. DA DECISÃO

Expostas as ocorrências e fundamentações, reconheço a intenção de recurso apresentada pela empresa M A PEREIRA ENGENHARIA, para, no mérito, julgá-lo procedente, procedendo com a inabilitação da empresa ESSENCIAL ENGENHARIA & SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA por deixar de atender aos requisitos estabelecidos pelo edital para comprovação de sua qualificação técnica.



Renan Felipe da Silva Lima  
Pregoeiro